

Guia de Aprofundamento

Advento da Reforma Protestante

Introdução

Os seis textos a seguir apresentam a Reforma Protestante para pais e famílias, assim como leitores da igreja local. Portanto, não é nossa intenção o rigor acadêmico nesta produção. A narrativa histórica se apoia principalmente na obra de Michael Reeves, *The Unquenchable Flame*, pois sua magnífica obra explora a paixão espiritual e as ideias centrais que impulsionaram a Reforma Protestante, descrita pelo puritano Richard Sibbes como "o fogo que o mundo inteiro jamais será capaz de extinguir". Também acessamos obras complementares de fontes primárias da Reforma: escritos de Lutero e Calvino, os cânones de Trento e a Confissão de Fé de Westminster.

Na preparação, usei uma ferramenta de inteligência artificial para criar sínteses direcionadas, revisar a redação, apontar imprecisões históricas e sugerir acréscimos. Todas as correções e sugestões foram avaliadas por mim. A seleção do conteúdo, a direção e perspectiva teológica e a responsabilidade pelo texto final são minhas.

Estamos muito felizes em servir a igreja com este material. Como família missionária, queremos sempre entregar com zelo boa teologia e fazer parte da missão de todo redimido em Cristo: Conhecer a Deus e fazê-lo conhecido a todos. Nosso intuito é servir famílias e igrejas com simplicidade prática e profundidade teológica. Sobretudo, queremos promover o amor por Cristo, pelas Escrituras e pela história da fé da nossa igreja reformada.

*Com alegria em Cristo,
Timóteo Werner e Rebeca Werner.*

Dia 1 - O mundo às vésperas da Reforma

A Reforma do século XVI costuma ser lida como revolta política ou como campanha de moralização do clero. As duas leituras deixam de fora o essencial. O que estava em disputa era a resposta a uma pergunta antiga: como um pecador pode ser aceito por Deus? Os abusos eram reais, mas eram sintomas. O conflito foi teológico desde a raiz.

Uma cristandade devota e inquieta

A imagem de uma Europa espiritualmente adormecida no fim da Idade Média não se sustenta. Entre 1450 e 1520 construíram-se igrejas em ritmo intenso, as peregrinações se multiplicaram, as confrarias floresceram, os fiéis pagavam missas pelas almas dos parentes mortos e compravam livros de devoção que a imprensa recém-inventada tornava acessíveis. Havia fome religiosa.

Essa piedade se apoiava num sistema teológico coerente. A teologia medieval tomou de Agostinho a convicção de que ninguém se salva sem a graça de Deus, mas entendeu essa graça sobretudo como um poder infundido na alma pelos sacramentos. O batismo, a penitência e a eucaristia transmitiam essa graça; ela renovava o cristão por dentro e o capacitava a amar a Deus e a praticar boas obras. Ao fim desse processo, o cristão seria considerado justo diante de Deus. A justificação era entendida como uma transformação interior em andamento, e não como um veredito.

Para o fiel sério, o resultado era incerteza. Como saber se o arrependimento fora sincero o bastante? Como ter certeza de que nenhum pecado ficara sem confissão? O sistema de penitência, satisfações, indulgências e purgatório oferecia remédios, mas não oferecia segurança. Nenhum cristão podia, em condições normais, saber se estava em estado de graça.

Rachaduras na autoridade de Roma

O prestígio do papado vinha sendo corroído havia mais de um século. Entre 1309 e 1377 os papas residiram em Avignon, sob forte influência da coroa francesa. Petrarca chamou o período de "cativo babilônico" do papado. Logo depois veio o Grande Cisma (1378–1417), em que dois e depois três papas disputaram a legitimidade ao mesmo tempo, cada um excomungando os seguidores do outro. A crise só se resolveu no Concílio de Constança, o que alimentou a pergunta sobre quem tinha autoridade final na igreja.

No início do século XVI, a reconstrução da Basílica de São Pedro, iniciada em 1506, exigia somas enormes. Parte desse dinheiro viria da venda de indulgências, e foi justamente uma dessas campanhas que provocou Lutero em 1517.

Os precursores

Antes de Lutero, duas vozes levantaram questões que voltariam com força no século XVI.

John Wycliffe (c. 1330–1384), professor em Oxford, afirmou que a Escritura é a autoridade suprema da igreja e que o papado não tem fundamento bíblico. Rejeitou a doutrina da transubstanciação e defendeu que o povo tivesse a Bíblia em sua própria língua. Seus seguidores produziram a primeira tradução completa da Bíblia para o inglês, feita a partir da Vulgata latina.

Jan Hus (c. 1372–1415), pregador em Praga, recebeu as ideias de Wycliffe e as levou adiante na Boêmia. Criticou a venda de indulgências e a autoridade papal sem base na Escritura. Convocado ao Concílio de Constança com salvo-conduto do imperador, foi preso, condenado e queimado em 1415. Seu movimento sobreviveu a ele. Uma tradição posterior atribui a Hus, cujo nome significa "ganso" em tcheco, a frase de que naquele dia assavam um ganso, mas dali a cem anos viria um cisne que não conseguiriam calar. Não há registro contemporâneo dessas palavras, mas os luteranos as aplicaram a Lutero, e o próprio Lutero aludiu a elas.

O que estava em jogo

Quando a crise estourou, muitos humanistas, Erasmo à frente, queriam uma reforma de costumes: clero mais instruído, menos corrupção, menos superstição. Os reformadores concordavam com essas críticas, mas foram adiante. Para eles, o problema não estava apenas no comportamento dos clérigos, e sim na própria doutrina da salvação. A pergunta era se o pecador é declarado justo por causa de uma justiça que vai sendo formada nele ou por causa da justiça de Cristo, recebida somente pela fé. Daí em diante, a autoridade da Escritura e a gratuidade da graça seriam o centro de toda a controvérsia.

Dia 2 - Martinho Lutero: o monge que encontrou a graça

Martinho Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483, em Eisleben, na Saxônia. O pai, Hans Luder, trabalhava na mineração de cobre e chegou a arrendar fundições, o que deu à família alguma prosperidade. Hans queria o filho advogado, e Martinho estudou em Erfurt com esse fim. Em julho de 1505, apanhado por uma tempestade, prometeu a Santa Ana que se tornaria monge se escapasse com vida. Poucas semanas depois entrou no convento dos agostinianos eremitas de Erfurt, contra a vontade do pai. Foi ordenado sacerdote em 1507.

O terror diante de Deus

No convento, Lutero levou a sério tudo o que a vida monástica prometia. Jejuava, vigiava, passava frio, confessava-se com frequência e por longas horas. Mais tarde contou que via Cristo como o juiz sentado sobre o arco-íris, como nas pinturas do Juízo Final que decoravam as igrejas. O ensino corrente dizia que Deus não negaria a graça a quem fizesse o que estava ao seu alcance. Lutero não tinha como saber se fizera o bastante. Quanto mais examinava o próprio coração, mais encontrava nele o amor de si mesmo, inclusive nas obras feitas para agradar a Deus.

Em 1510 ou 1511 viajou a Roma a serviço da ordem. Subiu de joelhos a Scala Sancta, rezando um pai-nosso em cada degrau pela alma do avô. Ao chegar ao topo, segundo contou depois, perguntou a si mesmo quem poderia saber se aquilo era verdade.

A justiça de Deus

O superior de Lutero, Johann von Staupitz, encaminhou-o ao estudo e ao ensino da Bíblia. Lutero doutorou-se em teologia em 1512 e assumiu a cátedra de Escrituras na Universidade de Wittenberg. Entre 1513 e 1518 lecionou sobre Salmos, Romanos, Gálatas e Hebreus.

O ponto de virada veio do texto de Romanos 1.17: "no evangelho é revelada a justiça de Deus". Lutero odiava a expressão, porque a entendia como a justiça com que Deus pune o pecador. Num relato escrito em 1545, ele conta que, meditando dia e noite no versículo, percebeu que se tratava da justiça que Deus concede ao pecador e pela qual o justo vive pela fé. Disse que sentiu ter renascido e entrado no paraíso por portas abertas. Esse episódio ficou conhecido como "experiência da torre", porque Lutero estudava num cômodo da torre do convento. A data é disputada pelos historiadores. Há quem a situe por volta de 1514 e quem a coloque em 1518 ou 1519, como o próprio relato de Lutero sugere. O mais provável é que tenha sido um processo amadurecido ao longo desses anos.

A descoberta mudou o lugar da fé. Ela deixou de ser uma virtude a ser aperfeiçoada e passou a ser confiança na promessa de Deus, a mão vazia que recebe a justiça de Cristo. A justificação deixou de ser um processo a completar e passou a ser um veredito que Deus pronuncia sobre o pecador por causa de Cristo.

As 95 teses e a ruptura

Em 1517 o dominicano Johann Tetzel pregava indulgências nas terras vizinhas à Saxônia. A campanha financiava a Basílica de São Pedro e as dívidas do arcebispo Alberto de Mainz. Moradores de Wittenberg atravessavam a fronteira para comprá-las. Em 31 de outubro de 1517, Lutero enviou ao arcebispo uma carta acompanhada de 95 teses para debate acadêmico, escritas em latim. A tradição de que ele as afixou na porta da Igreja do Castelo é antiga, embora alguns historiadores a questionem. Lutero ainda se via como filho fiel da igreja e imaginava que o papa desaprovava aqueles abusos.

As teses foram traduzidas para o alemão e impressas sem sua autorização, e em poucas semanas circulavam por toda a Alemanha. Na Disputa de Leipzig, em 1519, o teólogo Johann Eck levou Lutero a admitir que papas e concílios podem errar e que algumas proposições de Jan Hus condenadas em Constança eram cristãs. A partir daí, a autoridade da Escritura estava colocada acima de toda autoridade eclesiástica.

Em 1520 Lutero publicou três tratados decisivos: *À nobreza cristã da nação alemã*, *Do cativo babilônico da igreja* e *Da liberdade do cristão*. Em 10 de dezembro daquele ano, queimou publicamente a bula papal que lhe dava sessenta dias para se retratar. Foi excomungado em janeiro de 1521.

Em abril de 1521 compareceu à Dieta de Worms diante do imperador Carlos V. Pressionado a renegar seus livros, respondeu que só o faria se fosse convencido pela Escritura ou por razões evidentes, porque sua consciência estava cativa à Palavra de Deus, e que não era seguro nem correto agir contra a consciência. Terminou com "Deus me ajude. Amém". A frase "Aqui estou, não posso fazer outra coisa" aparece nas primeiras edições impressas do discurso, mas não consta das atas, e não se sabe se ele de fato a pronunciou.

A Palavra faz o trabalho

Na volta de Worms, Lutero foi capturado por homens do príncipe Frederico, o Sábio, e escondido no castelo de Wartburg. Ali, em cerca de onze semanas, traduziu o Novo Testamento do grego para o alemão, usando o texto publicado por Erasmo. A tradução saiu em setembro de 1522. Lutero procurava a língua falada na rua, na casa e no mercado, para que o povo comum pudesse ler as promessas de Deus. A Bíblia completa ficou pronta em 1534.

Em março de 1522 voltou a Wittenberg, onde Andreas Karlstadt e outros tentavam impor mudanças pela força: quebra de imagens, abolição imediata da missa, novas regras para todos. Em oito sermões pregados naquela semana, Lutero condenou o método. Não se reforma a igreja por decreto ou por violência, disse; é preciso pregar a Palavra e deixar que ela trabalhe nas consciências. Resumiu assim: enquanto ele dormia ou bebia cerveja com os amigos, a Palavra enfraqueceu o papado mais do que qualquer príncipe ou imperador.

Em 1525 casou-se com Katharina von Bora, uma ex-freira que fugira do convento em 1523. Compôs hinos para o canto da congregação, entre eles "Castelo forte é o nosso Deus", baseado no Salmo 46. Morreu em Eisleben, a cidade onde nascera, em 18 de fevereiro de 1546. Entre seus papéis foi encontrado um bilhete com a frase: "Somos mendigos. Isso é verdade."

Lutero era temperamental, áspero e por vezes injusto com adversários; seus escritos contra os judeus, no fim da vida, são uma mancha que não deve ser escondida. A Reforma não dependeu da virtude dele. Dependeu da Palavra que ele redescobriu e devolveu ao povo.

Dia 3 - João Calvino: o pastor de Genebra

Lutero abriu a brecha; Calvino deu à fé reformada uma exposição ordenada e uma igreja organizada para exportá-la. Os temperamentos eram opostos. Lutero era expansivo e explosivo. Calvino se descrevia como tímido e reservado, preferia a biblioteca ao púlpito e passou boa parte da vida doente. Foi esse homem relutante que Deus usou para formar pastores e plantar igrejas em boa parte da Europa.

Do direito à Escritura

Jean Cauvin nasceu em 10 de julho de 1509, em Noyon, no norte da França. O pai, secretário do bispo, destinou-o primeiro à carreira eclesiástica: aos doze anos o menino já recebia a renda de um benefício na catedral, e por volta dos catorze foi estudar em Paris. Em 1528 o pai mudou de planos, e Calvino foi estudar direito em Orléans e depois em Bourges. Nesse período tornou-se um humanista sério, leitor dos clássicos, e em 1532 publicou um comentário ao tratado *Da clemência*, de Sêneca.

Em Bourges aprendeu grego com Melchior Wolmar, simpatizante das ideias luteranas. Seu primo Pierre Robert, chamado Olivétan, também aderira à Reforma e traduziria a Bíblia para o francês em 1535. Calvino falou pouco da própria conversão. No prefácio ao comentário dos Salmos, escrito em 1557, diz apenas que Deus, por uma conversão súbita, subjuguou e tornou dócil uma mente endurecida demais para a idade. A data é incerta, provavelmente entre 1532 e 1534.

Em 1º de novembro de 1533, Nicolas Cop, reitor da Universidade de Paris e amigo de Calvino, fez um discurso com ideias claramente evangélicas. A reação foi imediata, e Calvino, suspeito de ter colaborado no texto, teve de fugir. Depois do Caso dos Cartazes, em 1534, a perseguição na França se intensificou.

As Institutas e o desvio por Genebra

Refugiado em Basileia, Calvino publicou em março de 1536, aos 26 anos, a primeira edição da *Instituição da religião cristã*, as *Institutas*. O livro tinha dois propósitos: servir de manual de instrução na piedade e defender os evangélicos franceses diante do rei Francisco I, a quem foi dedicado. Calvino o revisaria e ampliaria até a edição definitiva de 1559.

No mesmo ano, a caminho de Estrasburgo, onde pretendia viver de estudo, encontrou a estrada fechada pela guerra entre Francisco I e Carlos V e fez um desvio por Genebra. A cidade havia acabado de adotar a Reforma. Guilherme Farel, o pregador que liderava a mudança, soube que o autor das *Institutas* estava ali e foi procurá-lo. Diante da recusa de Calvino, Farel declarou que Deus amaldiçoaria seus estudos se ele recusasse a obra. Calvino contou depois que ficou aterrorizado e cedeu.

A primeira estada durou menos de dois anos. Calvino e Farel exigiram uma disciplina eclesiástica que o conselho da cidade não aceitava, inclusive o direito de afastar da ceia os que viviam em pecado público. Na Páscoa de 1538 recusaram-se a celebrar a ceia e foram expulsos.

Estrasburgo

Em Estrasburgo, de 1538 a 1541, Calvino viveu seus anos mais tranquilos. Sob a orientação de Martin Bucer, pastoreou uma congregação de refugiados franceses, lecionou, publicou seu primeiro comentário bíblico (Romanos, 1540) e casou-se com Idelette de Bure, viúva de um anabatista convertido.

Em 1539 o cardeal Jacopo Sadoleto escreveu aos genebrinos convidando-os a voltar à igreja romana. O conselho de Genebra pediu a Calvino que respondesse. Na resposta, Calvino sustentou que a justificação pela fé não destrói a santidade, porque Cristo justifica e santifica ao mesmo tempo, e que a doutrina da graça existe para que toda a glória da salvação seja dada a Deus.

O retorno e os conflitos

Genebra pediu sua volta. A Farel, Calvino escreveu que preferiria cem outras mortes àquela cruz. Voltou em setembro de 1541 e, já nas primeiras semanas, apresentou as *Ordenanças eclesiásticas*, que organizavam a igreja em quatro ofícios (pastores, doutores, presbíteros e diáconos) e criavam o Consistório para a disciplina. Seguiram-se catorze anos de oposição. As famílias tradicionais da cidade, lideradas por Ami Perrin, resistiam à disciplina e ao poder crescente dos pastores e refugiados franceses.

Em 1553 Miguel Serveto, médico espanhol que negava a Trindade e já havia sido condenado pela Inquisição católica em Vienne, chegou a Genebra e foi reconhecido e preso. Calvino redigiu as acusações teológicas e atuou como principal testemunha técnica no processo, conduzido pelo conselho da cidade. As igrejas suíças consultadas aprovaram a condenação. Calvino pediu que a execução fosse pela espada, mais rápida, mas Serveto foi queimado em 27 de outubro de 1553. A pena de morte por heresia era lei e prática comum entre católicos e protestantes da época. Isso explica o caso, mas não o torna inocente, e os próprios reformados reconheceram depois o erro. Em 1903 erigiram no local um monumento expiatório.

Genebra como centro de missões

Em 1555, depois de um tumulto fracassado dos partidários de Perrin, os aliados de Calvino assumiram o controle do conselho. A partir daí a obra se expandiu. Genebra recebia milhares de refugiados da França, da Inglaterra, da Escócia, da Itália e dos Países Baixos. Muitos voltavam para casa levando as ideias e a forma de igreja que haviam conhecido ali. John Knox,

que esteve em Genebra nesse período, chamou-a de "a mais perfeita escola de Cristo" desde os apóstolos.

Em 1559 Calvino fundou a Academia de Genebra, com Teodoro de Beza como primeiro reitor, para formar pastores. Para a França, organizou o envio secreto de ministros: os registros da Companhia de Pastores mencionam cerca de noventa enviados entre 1555 e 1562, e muitos mais saíram sem registro. Em 1562 havia na França mais de mil e duzentas igrejas reformadas, e os protestantes chegavam a cerca de 10% da população.

Há um capítulo dessa história que toca o Brasil. Em 1557 a igreja de Genebra enviou um grupo de ministros e leigos à França Antártica, colônia francesa na Baía de Guanabara. Em 10 de março daquele ano celebraram o primeiro culto protestante de que se tem notícia nas Américas. O empreendimento terminou em conflito com o comandante Villegaignon, e em 1558 três dos colonos reformados foram executados depois de redigir uma confissão de fé, conhecida hoje como Confissão de Fé da Guanabara.

Calvino pregava várias vezes por semana, quase sempre em exposição contínua de livros inteiros da Bíblia, e escreveu comentários sobre a maior parte do Antigo Testamento e sobre quase todo o Novo. Morreu em 27 de maio de 1564, aos 54 anos. A seu pedido, foi enterrado no cemitério comum de Plainpalais, sem lápide. Não se sabe com certeza onde estão seus restos. Ele não quis que seu túmulo se tornasse objeto de devoção.

Dia 4 - As cinco solas e a atualidade da Reforma

As cinco solas resumem a resposta da Reforma ao sistema medieval. Cada uma das expressões aparece, em latim ou equivalente, nos escritos dos reformadores, mas a lista de cinco como fórmula fixa é bem posterior: ganhou forma no século XX. Não é um credo dos reformadores; é um resumo fiel do que eles disputaram. A palavra "somente" é o ponto: Roma também afirmava a Escritura, a graça, a fé e Cristo. O que os reformadores negavam era o acréscimo.

Somente a Escritura (*sola Scriptura*)

No sistema medieval, a Escritura era lida dentro da tradição da igreja e interpretada com autoridade pelo magistério. Na prática, a palavra final era da igreja. Os reformadores afirmaram que a Escritura é a única regra infalível de fé e prática, e que tradições, concílios e papas devem ser julgados por ela. Isso não significava desprezar a tradição: Lutero e Calvino citavam os pais da igreja com frequência. Significava que só a Escritura tem a última palavra.

Calvino acrescentou um ponto importante. A Escritura não recebe autoridade da igreja; ela se autentica a si mesma, e o Espírito Santo dá ao crente a certeza de que é Palavra de Deus (*Institutas* I.7). A igreja reconhece a Escritura; não a cria.

Somente Cristo (*solus Christus*)

A piedade medieval multiplicava os mediadores: Maria, os santos, o sacerdote, a missa oferecida como sacrifício pelos vivos e pelos mortos. Os reformadores afirmaram que há um só mediador entre Deus e os homens (1Tm 2.5) e que o sacrifício de Cristo foi oferecido uma vez por todas (Hb 7.27; 9.12; 10.10). Nada precisa ser acrescentado à cruz, e nada pode ser.

Somente a graça (*sola gratia*)

A teologia medieval também ensinava que a salvação depende da graça. A diferença estava no que se entendia por graça. Para a escolástica, a graça era um poder infundido que capacitava o cristão a cooperar e a merecer, de modo que a salvação final dependia também da resposta humana. Para os reformadores, a graça é o favor imerecido de Deus para com pecadores que nada podem oferecer. Eles reivindicavam Agostinho para si nesse ponto, especialmente seus escritos contra Pelágio, e com razão: a controvérsia do século XVI foi também uma disputa sobre a herança agostiniana.

Somente a fé (*sola fide*)

Para Roma, a justificação incluía a renovação interior do cristão, e a fé precisava ser completada pelo amor para justificar. Os reformadores distinguiram justificação e santificação sem separá-las. A justificação é um ato legal de Deus: ele perdoa os pecados e declara justo o pecador, imputando-lhe a justiça de Cristo. A fé não é a causa desse veredito; é o instrumento que o recebe. A Confissão de Westminster diz que a fé que justifica nunca está sozinha, mas sempre acompanhada de todas as outras graças salvadoras (CFW XI.2). As obras são fruto, não fundamento.

Glória somente a Deus (*solī Deo gloria*)

Se o pecador nada contribui para sua salvação, nada pode reivindicar dela. Na resposta a Sadoletto, Calvino argumentou que, enquanto o homem retém alguma parte da glória pelas obras, a glória de Cristo é diminuída na mesma medida. As outras quatro solas conduzem a esta. Toda a salvação vem de Deus, por meio de Deus e para Deus (Rm 11.36).

A Reforma acabou?

Em 1999 a Federação Luterana Mundial e a Igreja Católica assinaram a *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*, afirmando um consenso em verdades básicas e declarando que as condenações mútuas do século XVI não se aplicam aos parceiros atuais. Metodistas,

anglicanos e a Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas aderiram depois. Daí surgiu a afirmação, repetida por alguns, de que a Reforma terminou.

O texto oficial da Igreja Católica não sustenta essa conclusão. O Concílio de Trento, em sua sexta sessão (1547), definiu a justificação como "não só a remissão dos pecados, mas também a santificação e renovação do homem interior", e anatematizou quem afirma que o pecador é justificado somente pela fé (cânone 9). O *Catecismo da Igreja Católica* (1992) repete a definição de Trento (§1989) e continua a ensinar o purgatório (§1030–1032) e as indulgências (§1471). Os cânones de Trento nunca foram revogados. A distância entre justificação como veredito e justificação como transformação continua onde estava.

As solas e o nosso tempo

A relevância das solas não se limita ao debate com Roma. A cultura atual vive de desempenho. Pessoas são avaliadas, comparadas e aceitas segundo o que produzem e a imagem que projetam, e a promessa é sempre a mesma: torne-se melhor e será amado. É uma religião de obras sem templo, e produz o mesmo cansaço e a mesma culpa que Lutero conheceu no convento.

A resposta da Reforma vai na direção contrária. Na Disputa de Heidelberg, em 1518, Lutero escreveu que o amor de Deus não encontra o seu objeto, mas o cria, enquanto o amor humano nasce daquilo que o atrai (tese 28). Os pecadores não são amados porque são atraentes; tornam-se atraentes porque são amados. O evangelho não convoca o pecador a subir até Deus. Anuncia que Deus desceu até ele em Cristo, e esse anúncio continua sendo o único descanso verdadeiro para quem está exausto de tentar merecer.

Dia 5 - Os catecismos de Lutero

A Reforma precisava de mais do que pregadores corajosos. Precisava de um povo que soubesse o que cria. Os dois catecismos que Lutero publicou em 1529 foram a ferramenta mais duradoura para isso e inauguraram uma tradição de ensino que chega até o Breve Catecismo usado hoje nas igrejas presbiterianas.

O que Lutero encontrou

Entre 1527 e 1529 o príncipe da Saxônia organizou visitas às paróquias do território para avaliar o estado das igrejas. Lutero participou de algumas delas e ficou consternado. No prefácio do Catecismo Menor, escreveu que o povo comum, sobretudo nas aldeias, não sabia nada da doutrina cristã, e que muitos pastores eram incapazes de ensiná-la. Havia gente batizada que não sabia o pai-nosso, o Credo ou os Dez Mandamentos, e vivia como gado, segundo suas palavras.

Esse quadro era herança do sistema medieval. Bastava ao leigo a chamada "fé implícita": crer no que a igreja cria, sem precisar saber o conteúdo. A missa era em latim, e a participação nos sacramentos dispensava a compreensão. A Reforma, que fazia da fé confiança consciente na promessa de Deus, não podia conviver com essa ignorância.

Dois catecismos, um conteúdo

Lutero escreveu o *Catecismo Maior* para pastores e pregadores, como base para a pregação e o ensino, e o *Catecismo Menor* para os chefes de família ensinarem em casa. Ambos tratam das mesmas cinco partes: os Dez Mandamentos, o Credo Apostólico, o Pai-Nosso, o Batismo e a Ceia do Senhor. O Menor acrescenta orientações sobre a confissão, orações para a manhã, a noite e as refeições, e uma tabela de deveres para cada estado da vida.

A forma é a de perguntas e respostas curtas, como "O que isso significa?", feitas para serem decoradas. O método não era novo, mas o propósito era. O catecismo não preparava o fiel para receber sacramentos que não entendia; ensinava-o a entender a Palavra que os sacramentos anunciam.

Rigor no ensino

Lutero tratava o catecismo com seriedade que hoje parece dura. No prefácio do Catecismo Menor, orientou que quem se recusasse a aprendê-lo não fosse admitido à ceia nem como padrinho de batismo, que pais e patrões lhe negassem comida e bebida, e que o príncipe expulsasse do território quem persistisse na recusa. Ao mesmo tempo, afirmou que ninguém pode ser obrigado a crer. Sua intenção era que todos conhecessem ao menos o conteúdo da fé cristã, como cidadãos conhecem as leis do lugar em que vivem.

O lugar principal desse ensino era a casa. O pai de família era o primeiro catequista dos filhos e dos empregados. Na igreja, o catecismo era pregado em séries regulares, várias vezes por ano. O próprio Lutero confessava que, mesmo sendo doutor em teologia, continuava a recitar o catecismo todos os dias como uma criança.

O legado

O efeito foi visível em uma geração. Lutero comentou mais de uma vez, com satisfação, que meninos e meninas que haviam aprendido o catecismo sabiam mais da doutrina cristã do que os doutores das universidades de antes.

A tradição se espalhou por todo o protestantismo. Calvino escreveu o Catecismo de Genebra (1542); os reformados alemães produziram o Catecismo de Heidelberg (1563); os teólogos de Westminster, os Catecismos Maior e Breve (1647). A convicção comum era a mesma de Lutero: a fé vem pelo ouvir, e o ouvir exige conteúdo claro, ensinado com paciência, em casa e na igreja. O ensino catequético que muitas igrejas abandonaram no século XX é parte do que a Reforma deixou de mais sólido.

Dia 6 - A Confissão de Fé de Westminster

A Confissão de Westminster é o fruto mais maduro da teologia puritana e o documento que define a identidade doutrinária das igrejas presbiterianas até hoje, inclusive a Igreja Presbiteriana do Brasil. Foi escrita na Inglaterra em meio a uma guerra civil, mas sobreviveu ao fracasso político do projeto que a produziu.

Uma Reforma pela metade

A Reforma inglesa avançou de modo irregular. Henrique VIII rompeu com Roma em 1534 por razões dinásticas; Eduardo VI aprofundou as mudanças; Maria Tudor restaurou o catolicismo e mandou queimar cerca de trezentos protestantes; Elizabeth I estabeleceu, a partir de 1559, uma igreja de doutrina reformada mas com bispos, vestes e cerimônias herdadas da tradição medieval.

Os puritanos queriam completar essa reforma. Muitos de seus líderes tinham passado o exílio do reinado de Maria em Genebra e Frankfurt e conheciam de perto as igrejas reformadas do continente. Pediam pregação bíblica em todas as paróquias, disciplina eclesiástica, culto regulado pela Escritura e, cada vez mais, o fim do governo por bispos. Sob Jaime I e Carlos I foram contidos e, no caso de muitos, perseguidos. Em 1644 John Milton expressou a expectativa da época ao escrever que Deus parecia estar iniciando um novo e grande período em sua igreja, "a reforma da própria Reforma".

A Assembleia

A guerra civil entre o rei Carlos I e o Parlamento abriu caminho. Em junho de 1643 o Parlamento convocou uma assembleia de teólogos para aconselhá-lo sobre a reforma da Igreja da Inglaterra. A Assembleia de Westminster reuniu-se pela primeira vez em 1º de julho de 1643, na Abadia de Westminster. Foram nomeados 121 ministros e 30 membros leigos do Parlamento. No mesmo ano, o Parlamento firmou com a Escócia a Liga e Pacto Solene: em troca de apoio militar, comprometeu-se a reformar a igreja inglesa segundo a Palavra de Deus e o exemplo das melhores igrejas reformadas. Comissários escoceses, como Samuel Rutherford e George Gillespie, passaram a participar das sessões, sem direito a voto.

A Assembleia não era homogênea. A maioria era presbiteriana, mas havia um grupo pequeno e influente de independentes (congregacionais), liderado por Thomas Goodwin, e alguns erastianos, que defendiam o controle do Estado sobre a igreja. Os debates sobre o governo eclesiástico foram longos e difíceis. Em doutrina, porém, havia amplo acordo.

Os documentos

Em cerca de cinco anos de trabalho, a Assembleia produziu:

- o *Diretório para o Culto Público de Deus* (1644), que substituiu o *Livro de Oração Comum*;
- a *Forma de Governo Presbiteriano* (1645);
- a *Confissão de Fé* (concluída em dezembro de 1646 e enviada ao Parlamento com as referências bíblicas em 1647);
- o *Catecismo Maior* e o *Breve Catecismo* (1647), o primeiro para a pregação e o ensino nas igrejas, o segundo para a instrução de crianças e iniciantes.

A Confissão começa pela Escritura (capítulo I) antes de tratar de Deus. A ordem é proposital: tudo o que se diz depois depende da autoridade da Palavra. O documento trata em seguida de Deus e da Trindade, dos decretos, da criação e da providência, da queda, da aliança de Deus com o homem, de Cristo mediador, da salvação aplicada (vocação, justificação, adoção, santificação, fé, arrependimento, boas obras, perseverança, segurança), da lei, da liberdade cristã, do culto, da igreja e dos sacramentos, e das últimas coisas. A teologia da aliança, que organiza toda a história da redenção em torno da obra de Cristo, é uma de suas marcas.

Derrota política, permanência doutrinária

Na Inglaterra, o projeto fracassou. O exército de Oliver Cromwell, dominado por independentes, se opôs a uma igreja nacional presbiteriana, e a estrutura prevista nunca foi plenamente implantada. Em 1660 a monarquia foi restaurada com Carlos II. A Lei de Uniformidade de 1662 exigiu de todos os ministros a adesão ao *Livro de Oração Comum* e a ordenação episcopal. Cerca de dois mil ministros, aproximadamente um quinto do clero, recusaram-se e foram expulsos de suas paróquias em 24 de agosto de 1662, episódio conhecido como a Grande Expulsão. Seguiram-se décadas de restrições, multas e prisões para os não conformistas, excluídos também das universidades de Oxford e Cambridge.

A Confissão, no entanto, sobreviveu, e sobreviveu primeiro na Escócia. A Assembleia Geral da Igreja da Escócia adotou-a em 1647 e os catecismos em 1648, e ela continua sendo o padrão subordinado daquela igreja. Também influenciou outras tradições. Os congregacionais a adaptaram na Declaração de Savoy (1658), e os batistas particulares a usaram como base da Confissão de Fé Batista de Londres (1677, publicada em 1689), alterando sobretudo os capítulos sobre igreja e batismo.

Na América do Norte, os presbiterianos a adotaram pelo Ato de Adoção de 1729. Foi dessa tradição que veio o missionário Ashbel Green Simonton, que chegou ao Rio de Janeiro em 1859 e organizou a primeira Igreja Presbiteriana do Brasil em 1862. Hoje a Confissão de Fé de Westminster, o Catecismo Maior e o Breve Catecismo são os símbolos de fé da IPB. Quase quatro séculos depois de redigidos, continuam a cumprir o propósito para o qual foram escritos: dizer com clareza o que a Escritura ensina e manter a igreja submetida a ela.